

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS002058/2020  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/08/2020  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR034208/2020  
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.106593/2020-21  
DATA DO PROTOCOLO: 28/08/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINCODIV/RS, CNPJ n. 04.243.203/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO RICARDO IPPOLITO SIQUEIRA;

E  
FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM CONCESSIONARIAS DE VEICULOS, EMPREGADOS E VENDEDORES EM ADMINISTRADORAS DE CONSORCIOS, CNPJ n. 28.373.958/0001-47, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ARLEI DIAS DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2020 a 31 de maio de 2021 e a data-base da categoria em 01º de junho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Concessionárias de Veículos**, com abrangência territorial em **Cachoeira do Sul/RS, Camaquã/RS, Capão da Canoa/RS, Igrejinha/RS, Itaqui/RS, Montenegro/RS, Osório/RS, Parobé/RS, Santa Maria/RS, Santiago/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, São Borja/RS, Taquara/RS, Taquari/RS, Teutônia/RS, Torres/RS, Tramandaí/RS, Três Cachoeiras/RS, Triunfo/RS, Vacaria/RS e Xangri-lá/RS.**

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

Considerando a Pandemia e a situação econômica que passa o setor da distribuição de veículos, fica convencionado que não haverá reposição e aumento de salários a partir da data base no dia 01 de junho de 2020, da mesma forma que serão mantidos inalterados os pisos da categoria.

Parágrafo Primeiro: Quando da retomada dos trabalhos, com o fim da Pandemia, os sindicatos convenientes se comprometem a discutir a viabilidade de conceder reposição salarial aos

trabalhadores.

Parágrafo Segundo: Mantém-se os seguintes pisos para a categoria:

- a) Empregados que recebam somente salário fixo: **R\$ 1.330,00 (um mil trezentos e trinta reais)** mensais.
- b) Empregados em período de experiência independente da função, serventes de limpeza, Office Boy e lavadores de automóveis = **R\$ 1.295,00 (Hum mil duzentos e noventa e cinco reais)** mensais.
- c) Para os empregados admitidos com salário misto (fixo + comissões) ou exclusivamente comissões o valor constante do item 'b' se constitui em remuneração mínima garantida.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

A partir de **1º de junho de 2020** os empregados nas empresas concessionárias e distribuidoras de veículos estabelecidas nas cidades abrangidas por esta Convenção, poderão manter os salários de seus colaboradores inalterados, ou seja, diante da excepcionalidade e gravidade do momento de pandemia enfrentado pela categoria, não haverá reajuste e/ou reposição salarial a serem pactuados na presente convenção.

#### **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE VOLUNTÁRIO**

A restrição atípica prevista na Cláusula Quarta não impossibilita o concessionário, que possuir capacidade econômica e financeira de, querendo, conceder reajuste ou reposição salarial de acordo com suas possibilidades.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÕES**

Os aumentos ou reajustes espontâneos concedidos pelas empresas e não decorrentes de promoção poderão ser compensados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - COMISSIONISTAS - CÁLCULOS**

As férias, o 13º salário e as parcelas rescisórias dos empregados comissionistas serão calculadas com base na média das comissões auferidas nos últimos doze meses, garantida a correção monetária de cada uma das parcelas, com base na variação do INPC/IBGE ocorrida no período.

**Parágrafo único:** Não será atualizada em nenhuma hipótese a última parcela do período base de cálculo.

#### **CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIOS EM SEXTA-FEIRA**

Em se tratando de pagamento de salários e rescisões de contrato nas sextas-feiras, ou véspera de feriados, deverão ser, os mesmos, feitos em moeda corrente nacional, salvo se a empresa adotar o sistema de depósito bancário.

#### **CLÁUSULA NONA - RECIBO DE SALÁRIOS**

As empresas fornecerão aos seus empregados, no ato do pagamento dos salários, discriminativos dos pagamentos e descontos efetuados onde conste o número de horas normais e extras pagas, e o montante das vendas comissionadas e o percentual pago.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS**

As diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente convenção deverão ser pagas, em seu respectivo valor juntamente com a folha de pagamento de **agosto de 2020**.

#### **Remuneração DSR**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DO REPOUSO E FERIADO DOS COMISSIONISTAS**

O pagamento dos repouso remunerados e feriados, devidos aos empregados comissionistas, tomará por base o total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicados pelos domingos e feriados do período.

### **Isonomia Salarial**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - IGUALDADE SALARIAL**

Não poderá haver desigualdade salarial entre homens e mulheres que prestem serviço ao mesmo empregador, exercendo função idêntica, com o mesmo tempo de serviço.

#### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECOLHIMENTO DO FGTS**

O recolhimento do FGTS deverá ser feito com base no total da remuneração do empregado. As empresas orientarão os seus empregados a se cadastrarem na instituição bancária para receberem a comprovação dos depósitos em sua conta.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADIANTAMENTO DO 13º NAS FÉRIAS**

As empresas pagarão 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos seus empregados que o requeiram, até 05 (cinco) dias após o recebimento do aviso de férias, salvo em caso de férias coletivas.

#### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS**

As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas além da jornada, e de 100% (cem por cento) para as demais.

**Parágrafo Único:** Não será devido a dobra pelo trabalho aos domingos se compensados com a folga na semana anterior ou subsequente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HORA EXTRAS DO COMISSIONISTA**

Para o cálculo das horas extras do comissionista tomar-se-á como base o valor total das comissões auferidas no mês, dividido pelo número de horas efetivamente trabalhadas, pagando-se somente o adicional previsto nesta convenção. Caso o empregado perceba remuneração mista (fixo e comissões), o cálculo será efetuado separadamente para cada verba.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS DO CAIXA**

As horas extras despendidas na conferência de caixa, quando realizada após a jornada normal de trabalho, deverão ser pagas ou compensadas na forma prevista nesta convenção.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

Será concedido aos integrantes da categoria profissional um adicional de 3% (três por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto prestados a mesma empresa, percentual este que incidirá mensalmente, sobre a remuneração efetivamente percebido pelo empregado.

**Parágrafo Primeiro** – Os quinquênios já adquiridos, continuarão sendo devidos na forma da convenção anterior.

**Parágrafo Segundo** – Os quinquênios adquiridos a partir de 01/06/2020 serão agregados nas

condições constantes do "caput" da cláusula.

Parágrafo Terceiro – O presente benefício terá como teto o equivalente a 1(hum) piso salarial da categoria.

Parágrafo Quarto – O trabalhador que já adquiriu o benefício do quinquênio com teto de valor superior a 1 (um) piso salarial, manterá esta condição, contudo, sem agregar novos períodos de quinquênio.

#### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

O pagamento do adicional de insalubridade devido aos integrantes da categoria profissional suscitante será calculado com base no salário mínimo nacional.

#### **Outros Adicionais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUEBRA DE CAIXA**

Os funcionários que exerçam exclusivamente a função de caixa terão direito ao adicional de 10% (dez por cento) calculado sobre o salário efetivamente percebido, ficando ajustado que esta verba não integrará o salário do empregado para qualquer efeito legal.

#### **Ajuda de Custo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE/AJUDA DE CUSTO**

Para os empregados, com mais de um ano de empresa no dia 1º de cada ano, que percebam até 02 (dois) pisos salariais e que estejam matriculados em estabelecimento oficial de ensino reconhecido, em curso regular do 1º, 2º ou 3º grau, as empresas concederão uma ajuda de custo, não integrada em seus salários, e que lhe será paga em duas parcelas, correspondente cada uma a 25% (vinte e cinco por cento) do piso salarial da categoria, vigente à época do

pagamento. A primeira parcela deverá ser paga até 30 de julho e a segunda até 31 de janeiro.

**Parágrafo primeiro** - A ajuda de custo prevista na presente cláusula será paga mediante apresentação de comprovante de frequência e/ou aprovação no curso, que será entregue à empresa até 30 dias anteriores ao pagamento.

**Parágrafo segundo** - No caso de a empresa oferecer programa educacional, o trabalhador optará livremente entre o programa oferecido pela empregadora e o contemplado nesta cláusula.

**Parágrafo terceiro** - O benefício dessa cláusula se destina somente aos trabalhadores sindicalizados ou associados adimplentes com as contribuições previstas na presente convenção.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXILIO CRECHE/AJUDA DE CUSTO**

As empresas que não possuam creche própria, ou convênio com creches particulares, deverão reembolsar diretamente à empregada mulher com salário inferior a 4 (quatro) pisos salariais da categoria, as despesas comprovadamente havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho, inclusive o legalmente adotado, em creche de sua livre escolha, até o valor de 0,10 (um décimo) do piso salarial da categoria, por filho (a) menor de 6 (seis) anos de idade, a partir do retorno do auxílio maternidade.

**Parágrafo primeiro:** O auxílio-creche objeto dessa cláusula não integrará para nenhum efeito, o salário da beneficiada.

**Parágrafo segundo:** O beneficiário que presentemente recebe auxílio na forma da convenção 2018 continuará recebendo até os filhos completarem 6 (seis) anos de idade.

**Parágrafo terceiro:** O benefício dessa cláusula se destina somente aos trabalhadores sindicalizados ou associados adimplentes com as contribuições previstas na presente convenção.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CARTEIRA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL- CTPS**

As empresas deverão observar os critérios abaixo, relacionados com a carteira de trabalho de

seus contratados:

**Parágrafo primeiro:** A CTPS quando entregue pelo empregado à empresa para os procedimentos de atualização de registros será mediante recibo. Igual procedimento deverá ser observado pela empresa quando de sua devolução ao empregado.

**Parágrafo segundo:** A empresa se obriga a efetuar a devolução da CTPS ao empregado no prazo de 48 (quarenta e oito horas) de seu recebimento.

**Parágrafo terceiro:** A empresa deverá anotar na CTPS de seus empregados a função por ele exercida no estabelecimento.

**Parágrafo quarto:** As empresas fornecerão a seus empregados cópia do Contrato de Trabalho sempre que o teor do mesmo não couber por inteiro no espaço de anotações da CTPS.

**Parágrafo quinto:** As empresas que remunerarem seus empregados à base de comissões, deverão anotar na Carteira de Trabalho do empregado, ou em contrato individual, o percentual que será aplicado para cálculo das comissões.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - INFORME ANUAL DE RENDIMENTOS**

As empresas fornecerão a seus empregados o informe anual de rendimentos, para fins de declaração ao imposto de renda.

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JUSTA CAUSA**

As empresas notificarão por escrito ao empregado a justa causa invocada para a rescisão contratual.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

As rescisões contratuais de empregados representados pelo sindicato profissional conveniente, com mais de um ano de serviço, deverão ser assistidas pelo sindicato laboral, ressalvada a condição do parágrafo primeiro.

**Parágrafo primeiro:** A assistência jurídica do sindicato laboral ao trabalhador será prestada mediante comprovação de recolhimento da contribuição sindical laboral prevista na

presente convenção.

**Parágrafo segundo:** As homologações deverão ser agendadas por e-mail [financeiro@fenatracon-rs.com.br](mailto:financeiro@fenatracon-rs.com.br) e contato por Telefone: (51) 3032-5700 / 3939-7847 entre a empresa e o Fenatracon/RS devendo constar de forma expressa a data do agendamento (dentro de 10 dias após o desligamento) com horário e local em que deverá se realizar o ato de homologação. O local deverá ser sempre na cidade em que o trabalhador prestava os seus serviços. A empresa poderá optar pela homologação de forma digital sem prejuízo dos prazos aqui acordados mediante acesso ao site [www.fenatracon-rs.com.br](http://www.fenatracon-rs.com.br) e/ou [www.sintracodiv-rs.org.br](http://www.sintracodiv-rs.org.br).

**Parágrafo terceiro:** O descumprimento da agenda por parte do sindicato laboral desobrigará a empresa de cumprir com o compromisso constante do “*caput*”.

### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL**

Os trabalhadores dispensados sem justa causa farão jus ao aviso prévio na forma prevista na Lei nº 12.506/2011.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - OBTENÇÃO NOVO EMPREGO**

O empregado que no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, provar a obtenção de novo emprego, terá direito ao desligamento imediato, percebendo somente os dias trabalhados já no curso do aviso prévio, sem prejuízo das parcelas rescisórias.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO**

O empregador que dispensar o trabalhador do comparecimento ao trabalho durante o período de aviso prévio deverá fazê-lo por escrito no verso do próprio aviso.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO AVISO PRÉVIO**

Ficam proibidas alterações nas condições de trabalho, inclusive no local de trabalho, durante o

aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo de confiança, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Atribuições da Função/Desvio de Função**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONFERÊNCIA DE CAIXA**

A conferência de caixa deve ser procedida à vista do empregado por ela responsável, sob pena de resultar inimputável a este qualquer irregularidade ou diferença.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CHEQUES SEM COBERTURA**

As empresas não descontarão de seus funcionários que exerçam função de caixa, valores relativos a cheques sem cobertura de fundos ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para aceitação de cheques.

### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GESTANTE/ESTABILIDADE PROVISÓRIA**

A empregada gestante será assegurada a estabilidade no emprego durante a gravidez e até 180 (cento e oitenta) dias após o parto.

**Parágrafo Único:** Em caso de demissão sem justa causa da gestante e sem conhecimento do seu estado gravídico pelo empregador, é dever desta informar-lhe tão logo tome ciência de sua gestação com vista ao seu retorno ao emprego.

### **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO**

Aos empregados afastados por motivo de acidente de trabalho, será assegurada a estabilidade provisória nos termos do artigo 118 da Lei nº 8.213 de 24.07.91.

### **Estabilidade Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE DO APOSETANDO**

Fica assegurado aos trabalhadores com mais de 5 anos de trabalho de forma ininterrupta a mesma empresa a estabilidade nos 12 (doze) meses que anteceder à aposentadoria integral desde que haja comprovação e a comunicação escrita à empresa por parte do empregado. Adquirido o direito, extingue-se a estabilidade.

**Parágrafo único:** A concessão prevista nessa cláusula ocorrerá uma única vez, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa; dispensa por justa causa; pedido de demissão; comunicação à empresa na vigência do aviso prévio em demissão sem justa causa; ou nos casos em que houver o indeferimento da aposentadoria pleiteada.

### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES**

As empresas que exigirem o uso de uniformes se obrigam a fornecê-los sem qualquer ônus para os empregados ao número de 02 (dois) por ano.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA ALMOÇO**

Na forma prevista no inciso III, do artigo 611-A da CLT as empresas poderão reduzir o intervalo de almoço de seus empregados para até o limite de meia hora (30 minutos), ficando, no entanto garantidas às 44 horas semanais que uma vez excedidas serão pagas como extras ou compensadas na forma prevista nesta convenção.

**Parágrafo único:** a presente cláusula terá eficácia somente para as empresas que se

mantiverem em dia com as contribuições sindicais patronais mencionadas na cláusula 52º da presente convenção.

### **Prorrogação/Redução de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CURSOS E REUNIÕES**

Não serão consideradas como extras, as horas destinadas a cursos de formação e qualificação profissional, de caráter opcional e custeados pela empresa, mesmo que os eventos ocorram fora do horário normal de trabalho.

**Parágrafo único:** Também não serão considerados com extras os deslocamentos e permanência em cursos ou reuniões quando forem feitas fora da cidade onde trabalha.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - REDUÇÃO DA JORNADA DURANTE O AVISO PRÉVIO**

O empregado demitido sem justa causa em gozo de aviso prévio poderá escolher a redução de 02 (duas) horas no início ou no fim da jornada de trabalho.

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMPENSAÇÃO HORÁRIA**

A duração normal de jornada de trabalho poderá, para fins de adoção do regime de compensação horária de que trata o art. 59 da CLT, ser acrescida de horas complementares, em número não excedente de 02 (duas) horas diárias, respeitada a seguinte sistemática:

**a)** o regime de compensação horária dar-se-á em um período máximo de 90 (noventa) dias, a contar do fechamento mensal do ponto mediante concessão de folgas remuneradas, sem qualquer acréscimo e mediante o critério da paridade 1x1. A cada fechamento do ponto (30 dias segundo o critério da empresa), seguir-se-á novo prazo (90 dias) para compensação;

**b)** o número máximo de horas a cada 30 dias sujeitas à compensação nos 90 (noventa) dias subsequentes, será de 40 (quarenta) horas por trabalhador. O excedente, se houver, deverá

ser pago no mês como extras, utilizando-se os percentuais previstos nesta convenção;

**c)** as empresas que se utilizarem da compensação deverão adotar controle de ponto da carga horária do empregado;

**d)** independente de solicitação, as empresas que se utilizarem do regime de compensação horária deverão fornecer mensalmente cópia do espelho de controle;

**e)** a compensação dar-se-á sempre de segunda a sábado.

**Parágrafo primeiro** - As horas de trabalho reduzidas na jornada para posterior compensação não poderão ser objeto de descontos salariais e nem transferidas para o período seguinte, caso não venham a ser compensadas dentro do prazo convencionado na letra “a”;

**Parágrafo segundo** - Havendo rescisão de contrato e em havendo crédito a favor do empregado, as respectivas horas deverão ser pagas como extras, utilizando-se os critérios previstos nesta convenção.

**Parágrafo terceiro** - Se houver débitos de horas do empregado para com o empregador, na hipótese de demissão sem justa causa, as horas serão abonadas, sem qualquer desconto nas verbas de rescisão do contrato de trabalho;

**Parágrafo quarto** - A critério do empregador a jornada de trabalho poderá ser reduzida ou até suprimida, com as respectivas horas compensadas na forma da presente cláusula. No caso de supressão integral de jornada o trabalhador deverá ser comunicado de forma individual ou coletiva, com antecedência mínima de 72 horas.

**Parágrafo quinto** - A faculdade estabelecida no “caput” desta cláusula se aplica a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o Art. 60 da CLT.

**Parágrafo sexto** – a presente cláusula terá eficácia somente para as empresas que se mantiverem em dia com as contribuições sindicais patronais mencionadas na cláusula 52º da presente convenção.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DOS SÁBADOS**

As empresas, respeitadas às 44 horas semanais, poderão ultrapassar a duração normal diária de 8 (oito) horas, visando a compensação de horas não trabalhadas aos sábados, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, inclusive em atividades insalubres.

**Parágrafo único:** a presente cláusula terá eficácia somente para as empresas que se mantiverem em dia com as contribuições sindicais patronais mencionadas na cláusula 52º da

presenta convenção.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - SEMANA ESPANHOLA**

Convencionam as partes que a critério do empregador fica facultado adotar a denominada Semana Espanhola com carga horária semanal alternada de 42 e 46, 40 e 48 horas, ou equivalentes semanais, distribuídas de segunda-feira a sábado como exemplo que segue: **semana 1** – de segunda à sexta-feira: das 8h00m às 12h00m e das 13h30m às 17h54m e sábado das 8h00m às 12h00m. Totalizando 46hs trabalhadas na semana. **Semana 2** – de segunda à sexta-feira: das 8h00m às 12h00m e das 13h30m às 17h54m. Totalizando 42hs trabalhadas na semana. (OJ SDI-I nº 323 do TST).

**Parágrafo primeiro** – Os horários de trabalho de segunda à sextas-feiras poderão ser alterados, porém sempre respeitando o limite de 8h00m diárias.

**Parágrafo segundo** – O horário estendido de 2 horas na semana 1 (hum) não se constituirá em expediente extraordinário, tendo em vista a sua compensação na semana 2 (dois), ficando desta maneira satisfeita a carga horaria semanal média de 44 horas a cada ciclo de duas semanas.

### **Descanso Semanal**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DESCONTO DO REPOUSO REMUNERADO**

As empresas não descontarão o repouso semanal remunerado do empregado, ou feriado quando o mesmo, apresentando-se atrasado e for permitido o seu ingresso ao serviço naquele dia.

### **Controle da Jornada**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LIVRO PONTO**

As empresas que possuírem mais de 05 (cinco) empregados serão obrigadas a utilizar livro ponto ou cartão mecanizado, com a obrigatoriedade de o empregado registrar sua presença ao trabalho.

## **Faltas**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ABONO PARA SAQUE DO PIS**

As empresas dispensarão seus empregados, durante 02 (duas) horas do expediente para recebimento das parcelas do PIS, e durante 01 (um) dia quando o domicílio bancário for fora da cidade, sem prejuízo salarial.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS**

As empresas aceitarão, para todos os efeitos, atestados médicos de profissionais credenciados pelo convênio médico da empresa. Na falta desse, os emitidos pelo SUS, ou credenciados pela FENATRACON.

### **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DO ESTUDANTE**

O empregado estudante poderá rejeitar a prorrogação da jornada, caso ela venha a prejudicar lhe a frequência às aulas e/ou exames escolares.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTA PARA EMPREGADA GESTANTE**

A empresa abonará a falta ao trabalho da empregada gestante, no caso de consulta médica no limite de 01 (uma) mensal, mediante comprovação, declaração médica, ou apresentação da carteira de gestante devidamente anotada.

### **Outras disposições sobre jornada**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA PARA INTERNAÇÃO DE FILHO**

Serão consideradas justificadas as faltas ao serviço do pai ou mãe até o limite de 6 (seis) dias

por ano, em caso de consulta médica ou internação hospitalar de filhos menores de 6 (seis) anos de idade ou inválido mediante comprovação por atestado médico com data e horário, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a realização do evento.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PERÍODO DE FECHAMENTO DO PONTO**

Fica convencionado que as empresas poderão estabelecer períodos de abertura e fechamento do ponto de forma diversa ao mês calendário (do dia 1º ao último dia do mês), podendo por decisão de sua administração adotar períodos como, por exemplo: do dia 21 ao dia 20 do mês subsequente; do dia 26 ao dia 25 do mês subsequente.

**Parágrafo primeiro:** o período adotado pela empresa somente poderá ser modificado por Acordo Coletivo de Trabalho.

**Parágrafo segundo** – a presente cláusula terá eficácia somente para as empresas que se mantiverem em dia com as contribuições sindicais patronais mencionadas na cláusula 52º da presente convenção.

#### **Relações Sindicais**

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL E ASSISTENCIAL LABORAL**

A fim de que a FENATRACON – Federação Nacional dos Trabalhadores em Concessionárias de Veículos, Empregados e Vendedores em Administradoras de Consórcios, para que possa desenvolver programas sociais, prestar assistência jurídica e cumprir com as demais obrigações estatutárias, resolveu na forma da art. 513, letra “e” da CLT, observando os princípios da razoabilidade, instituir por assembleia geral extraordinária, contribuição negocial e assistencial, a ser paga pelos filiados a razão de 1,2% sobre o salário fixo e variável se houver, limitado a R\$ 32,00 (trinta e dois reais) mensais, para poderem usufruir das seguintes condições previstas nesta CCT:

- **AUXILIO CRECHE/AJUDA DE CUSTO** constante da CL. 22º, desta Convenção somente alcançará os seus beneficiários sindicalizados e quites com suas contribuições.
- **EMPREGADO ESTUDANTE/AJUDA DE CUSTO** constante da CL. 21º, desta Convenção somente alcançará os seus beneficiários sindicalizados e quites com suas contribuições.
- **ESTABILIDADE DO APOSENTANDO** constante da CL. 35º, desta Convenção somente

alcançará os seus beneficiários sindicalizados e quites com suas contribuições.

- **ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO (Quinquênio)** constante da CL. 18º, desta Convenção somente alcançará os seus beneficiários sindicalizados e quites com suas contribuições.

- **ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA** em qualquer área do Direito, a ser prestado pelos advogados da FENATRACON/RS àqueles trabalhadores quites com a contribuição.

- **CONVÊNIOS DISPONÍVEIS AOS TRABALHADORES** somente alcançará os seus beneficiários sindicalizados e quites com suas contribuições.

**Parágrafo Primeiro** - As empresas ficarão responsáveis pelos descontos na folha de pagamento da contribuição na forma do “caput”, desde que individualmente autorizada pelo trabalhador, repassando o arrecadado ao Fenatracon/RS, até o dia 10 do mês subsequente, mediante guia de recolhimento disponível no sitio: [www.fenatracon-rs.com.br](http://www.fenatracon-rs.com.br) ou [www.sintracodiv-rs.org.br](http://www.sintracodiv-rs.org.br) ou pelo e-mail: [financeiro@fenatracon-rs.com.br](mailto:financeiro@fenatracon-rs.com.br). A empresa também poderá realizar o recolhimento através de depósito bancário no seguinte banco: ITAU – Banco: 341 – Agência: 2494 – Conta Corrente: 15754-4 ou Banco: 341 - Agência: 0296 conta corrente: 88001-6 Esgotado o prazo previsto para o recolhimento, incidirá sobre o valor em atraso multa de 2% (dois por cento).

Juntamente com o primeiro repasse, as empresas deverão enviar a relação dos empregados que autorizaram expressamente a retenção da contribuição de que trata esta cláusula, relacionando o nome, função e valor individualizado.

**Parágrafo Segundo:** O sindicato laboral disponibiliza em seu sitio [www.fenatracon-rs.com.br](http://www.fenatracon-rs.com.br), a ficha cadastral para ingresso de sócio e autorização para desconto em folha.

**Parágrafo Terceiro** - A Fenatracon/RS, declara-se responsável por todos os efeitos legais decorrentes dos descontos das contribuições previstas nessa cláusula, inclusive se compromete a ressarcir a empresa concessionária, caso a mesma seja compelida à devolução judicial da contribuição, em até 5 (cinco) dias da decisão transitada em julgado, não apresentando contestação nos casos em que vier a ser chamado à lide.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÕES AO SINDICATO PATRONAL-SINCODIV/RS**

As empresas filiadas ao SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINCODIV/RS deverão recolher à entidade a Contribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 10/06/2020, consubstanciada na **CONTRIBUIÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO SINDICAL (CRS)**, cujo valor é de 50% do montante cobrado no ano de 2019.

**Parágrafo primeiro:** O pagamento da **CONTRIBUIÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO SINDICAL (CRS)** se dará em 5 (cinco) parcelas mensais, com vencimentos em 28/07, 28/08, 28/09, 28/10 e 28/11, tendo como valor mínimo de pagamento mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

**Parágrafo segundo:** A empresa que aderir a presente Convenção compromete-se em contribuir com a entidade patronal na forma prevista nesta cláusula sob pena de não estar representada pelas cláusulas aqui pactuadas com a entidade laboral;

**Parágrafo terceiro:** Caso haja atraso nos pagamentos da contribuição será aplicada a correção monetária e multa de 10%, sobre o valor a ser adimplido.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO MURAL**

As empresas permitirão a divulgação em quadro mural, com acesso aos empregados, de editais, avisos e notícias sindicais editadas pelo entidade laboral, ficando vedada a divulgação político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

#### **Disposições Gerais**

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - QUITAÇÃO ANUAL**

As Entidades Convenientes acordam pela eficácia plena e imediata da previsão legal do artigo 507-B da Lei nº 13.467, de 13/07/2017, abaixo transcrito:

*“Art. 507-B: É facultado a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria. Parágrafo único: O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas”.*

**Parágrafo primeiro** - Quando for solicitado a FENATRACON o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, na vigência ou não do contrato de trabalho, deverá a empresa fazê-lo por escrito, bem como, fornecer no prazo de cinco dias úteis, todos os documentos solicitados pelo Sindicato profissional a fim de realizar a sua efetiva análise.

**Parágrafo segundo** – O sindicato laboral poderá cobrar custas administrativas em valores que respeitem os princípios da razoabilidade para tramitação e emissão do documento de quitação anual, devendo empregado e empresa, estarem em dia com as contribuições sindicais previstas nessa convenção.

**Parágrafo terceiro** – a presente cláusula terá eficácia somente para as empresas que se mantiverem em dia com as contribuições sindicais patronais mencionadas na cláusula 52º da presente convenção.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO**

A FENATRACON se compromete a assinar Acordos Coletivos de Trabalho com anuência do SINCODIV/RS, sob pena de nulidade destes e, ainda, de renúncia a presente Convenção. O SINCODIV/RS deverá ser comunicado antes de instaurado o início do processo de negociação.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONCESSÃO DE FÉRIAS NO FINAL DE ANO**

Havendo interesse das partes, férias poderão ser gozadas com início nos dias 23/12, 26/12 e 30/12/2020 e 02/01/2021.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA (CCP)**

Os Sindicatos convenientes da presente convenção decidem de comum acordo desenvolver estudos sobre a conveniência e viabilidade técnica de implantar-se a Comissão de Conciliação Prévia (CCP), nos termos do Título VI-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Portaria MTE n.º 329, de 14.08.2002, com as alterações da Portaria MTE n.º. 230, de 21.05.2004, com o objetivo de no futuro buscar a conciliação e a solução de conflitos trabalhistas envolvendo concessionários de veículos e seus empregados.

**Parágrafo Primeiro:** As empresas concessionárias integrantes da categoria econômica representadas pelo Sindicato Patronal Sincodiv/rs, colaborarão monetariamente para sustentar

os custos de desenvolvimento projeto, mediante o pagamento de R\$ 60,00 (sessenta reais) por cada funcionário, em favor da FENATRACON, pagável em seis parcelas de R\$ 10,00 (dez reais), vencendo a primeira no dia 10 de agosto de 2020, a segunda no dia 10 de outubro de 2020 a terceira no dia 10 de dezembro de 2020 a quarta no dia 10 de fevereiro de 2021 a quinta no dia 10 de abril de 2021 e a última no dia 10 de junho de 2021. Através depósito bancário no seguinte banco: ITAU – Banco: 341 – Agência: 2494 – Conta Corrente: 15754-4 ou Banco: 341 - Agência: 0296 conta corrente: 88001-6 Esgotado o prazo previsto para o recolhimento, incidirá sobre o valor em atraso multa de 2% (dois por cento).

**Parágrafo Segundo:** As empresas que estiverem em dia com a contribuição prevista no Parágrafo Primeiro, poderão de imediato e sem qualquer ônus, requerer a emissão do Certificado de Quitação Anual de Trabalho, prevista na Cláusula 54<sup>a</sup> da presente convenção.

PAULO RICARDO IPPOLITO SIQUEIRA  
Presidente

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL - SINCODIV/RS

ARLEI DIAS DOS SANTOS  
Procurador

FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM CONCESSIONARIAS DE VEICULOS,  
EMPREGADOS E VENDEDORES EM ADMINISTRADORAS DE CONSORCIOS

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA FENATRACON**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.